



HOMOSSEXUALIDADE E IDENTIDADE: o papel da escola nessa construção coletiva

Jose Paulino Sousa Santos¹

Francisca das Chagas Silva Lima²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo central refletir sobre as relações entre educação, sexualidade e identidade. Analisa-se a homossexualidade levando-se em consideração as representações sociais sobre identidade e inclusão e sua relação no processo de construção da diversidade. Tematiza-se homossexualidade, educação, escola e identidade e os reflexos das lutas dos movimentos LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transexuais e Transgênero) em defesa de uma educação inclusiva que reconheça os homossexuais como sujeitos de direitos, inseridos numa ordem política, econômica, social e cultural.

Palavras-chave: Homossexualidade, Identidade, Educação, Escola

ABSTRACT: This article aims to reflect on the central relationship between education, sexuality and identity. Analyzes homosexuality taking into consideration the social representations of identity and inclusion and its relationship in the process of building diversity. Thematises up homosexuality, education, and school identity and reflections of LGBTTT (Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Transgender and Transgênero) movements' struggles in defense of an inclusive education that recognizes homosexuals as subjects of rights, within a political, economic, social and cultural.

Key words: Homosexuality, Identity, Education, School

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: paull-66@hotmail.com.

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: fransluma@bol.com.br



1 INTRODUÇÃO

A sexualidade, enquanto possibilidade e alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exigem de nós essa volta crítica - amorosa - essa busca de saber do nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Paulo Freire (1921 – 1997)

A escola é espaço para onde o estudante leva suas inquietações, inclusive as de cunho socioafetivo. Por meio de avaliações e discussões em sala de aula, consta-se vários problemas ligados ao mau desenvolvimento da sexualidade: namoro precoce, autoestima baixa, falta de cuidados pessoais, recorrência da gravidez indesejada e violência sexual, que afetam não só o rendimento escolar, mas também seus relacionamentos e sua qualidade de vida. O trabalho em questão oferece um espaço de discussão e reflexão permanentes, para fortalecer o direito à sexualidade saudável, ao bem-estar dos educandos e possibilitar ações de preventivas das DST's/AIDS, gravidez indesejada e abuso sexual, bem como a tolerância em relação a diversidade sexual.

Com a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e as diferenças sexuais, mais especificamente aos comportamentos sexuais não-heterossexualmente orientados. Embora longe de termos respostas satisfatórias aos paradoxos postos pelas hierarquias sociais contemporâneas, consideradas hoje como relações de igualdade e diferença, percebemos transformações nos discursos científicos, legislações nacionais e práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania de homossexuais e outras minorias suscitando

[...] o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vêm se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentadas, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como "*política de identidades*" (STUART HALL, 1997 *apud* LOURO, 2000).



Identificamos nessa direção os movimentos identitários, pós década de 1960, também conhecidos como novos movimentos sociais³, que têm proposto a problematização das relações de poder que giram em torno das produções sociais das identidades e das diferenças tendo em vista a superação do exercício da intolerância como uma prática presente em todos os tempos históricos, sobremaneira na pós-modernidade, em que se vê exacerbar práticas homofóbicas, que nos remete a uma reflexão acerca da barbárie, entendida como atos que engendram a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas, anulando suas vontades, sob a égide de um pensamento desumano e covarde, provocando dor e sofrimento, segregação e humilhação, exposição e escárnio de pessoas, produtoras de riquezas, vitimadas unicamente pelo desejo de exprimir-se em toda a sua totalidade, corpo e alma, arte e encantamento, engenho e beleza.

Louro (2000) afirma que:

O corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar. Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se os desejos sexuais, sejam hetero ou homossexuais, são inatos ou adquiridos? Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se o comportamento generificado corresponde aos atributos físicos? Apenas porque tudo o mais é tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos pronunciam (p.90-91).

Os Estudos Feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder. Inicialmente esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres. Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Todavia, o predomínio de atitudes e convenções sociais

³ Entende-se por Novos movimentos sociais aqueles surgidos no final do século XX e têm na transformação cultural grande parte dos meios e fins de sua ação. A expressão “novos movimentos sociais” supõe diferenças em relação aos movimentos sociais tradicionais, com base na identidade de classe social, consistindo basicamente como movimentos operário-sindicais, organizados a partir do mundo do trabalho. A velha dicotomia entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho como duas identidades opostas, complementares e historicamente bem estabelecidas deu vez a numerosas formas de identificação social autonomizadas, como negros, gays, ambientalistas, ruralistas, feministas, pacifistas, veganistas, imigrantes, indígenas, consumidores, trabalhadores sem teto ou sem terra, ativistas anti-globalização, atingidos por barragens etc. Os novos movimentos sociais é que, à diferença dos movimentos tradicionais, não visam “tomar o poder” pela conquista do Estado, mas geralmente constituem espaços políticos não-institucionais a partir dos quais procuram afetar hábitos e valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais.



discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada.

Os documentos oficiais ressaltam que o Brasil tem conquistado importantes resultados em relação aos grupos politicamente minoritários, como ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles.

O mais grave é que não existe estatísticas oficiais sobre assassinados de gays, fato que revela ausência sistemática do Estado, enquanto guardião da dignidade e integridade das pessoas, o que sugere ainda descaso das autoridades com esse segmento da população.

Estudos têm apontado que a homossexualidade é uma das principais causas de bullying nas escolas. Do ponto de vista das políticas educacionais⁴ não se tem referências sociais e culturais para debater a respeito da identidade de gênero e da orientação sexual, os jovens acabam referindo-se com ironia e preconceito aos gays dentro e fora da escola. Reconhece-se que não obstante ao fato de a homossexualidade já estar na rua, na televisão, mas não na escola ou no livro didático, acaba levando ao bullying. Pesquisas mostram que a escola tem sido um verdadeiro "inferno" para alunos homossexuais: eles são ignorados ou impedidos de participar de atividades em grupo, seus objetos são furtados, são alvos de piadinhas e xingamentos, ora são agredidos fisicamente das mais variadas formas implicando diretamente no seu desempenho estudantil e inserção social.

Embora os dados não sejam atuais a pesquisa "Juventudes e Sexualidade", publicada pela UNESCO em 2004 e aplicada em 241 escolas públicas e privadas do Brasil, nos faz refletir, enquanto nos mostra que, entre os pesquisados, 39,6% dos meninos não gostariam de ter um colega de classe homossexual. Dados compilados pelo Grupo Gay da Bahia indicam

⁴ Por iniciativa do governo fora apresentado a sociedade em 2012 um instrumento formativo denominado popularmente de 'kit gay' a 13 estados das regiões Norte e Nordeste. Os seis volumes de histórias em quadrinhos, também vetados, foram elaborados numa parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, recebendo críticas vorazes da bancada evangélica na Câmara Federal.



que o Brasil teve cerca de 200 assassinatos relacionados à homofobia em 2009. O número é 4,5% maior do que o de 2008, quando o país teve 189 homicídios de homossexuais.

Os dados embora não oficiais sugerem a emergência da categoria homofobia no cenário brasileiro precisando ocupar um lugar central nos debates em quatro distintos campos políticos que devem dialogar em entre si: movimentos sociais, políticas públicas e pesquisas acadêmicas e educaç. Seus diferentes usos sociais e políticos e os Estudos de Gênero, Feministas, Queer e Gays Lésbicos brasileiros tem fomentado o debate,

[...] reconhecendo os inúmeros processos de inferiorização social e econômica a partir dos posicionamentos relativos às identidades sexuadas, tais como as discussões sobre não-heterossexualidade. O heterossexismo produzido no âmbito das ciências humanas, o que reduz o espaço e a importância das experiências que desafiam a heteronormatividade, empobrecendo a leitura da subjetividade feminina e, por consequência à masculina, aliado ao 'binarismo' presente nos estudos de gênero impedira o questionamento de alguns cânones científicos tradicionais e próprio processo de constituição da cultura, dificultando a incorporação de outras dimensões identitárias, como sexualidade, raça, classe, religião etc. (LOURO, 2003).

Depreende-se ser fundamental que se institua no âmbito das políticas sociais, sobremaneira as voltadas para o setor educacional, programas de educação sexual em todos os níveis escolares, para ensinar o respeito ao grupo GLBT. A educação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar as concepções relacionadas à sexualidade e suas manifestações na cultural e na diversidade de sentidos e orientações. É preciso que os homossexuais de modo geral assumam sua identidade, como estratégia fortalecedora a partir de ações afirmativas, fundadas em políticas e práticas públicas e privadas que visam a correção de desigualdades e injustiças históricas a que estão submetidos determinados grupos sociais identificados com a causa homossexual, pautada pela justiça social, pelo trabalho, pela inclusão social e pela diversidade, criando formas de viabilizar a participação da sociedade civil no debate e na elaboração das propostas a serem implementadas, para construção de efetivos canais de diálogo, participação e parceria com os movimentos sociais.

2 EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE: relação complexa



Louro (2003) defende que presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir".

Em uma análise mais detalhada infere-se que o conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas "desnaturalizadoras" sob as quais se dava no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos. (BUTLER, 2003).

Levando-se em consideração esse legado é necessário que se proponha uma educação sexual na escola entendida como um processo de intervenção pedagógico que tem como objetivo transmitir informações e problematizar as concepções relacionadas à sexualidade, de modo a corrigir os equívocos históricos, a que parcelas expressivas da população foram relegados a um plano inferior, a um processo infame de guetificação.

O gueto produz formas encapsuladas de socialização que geram regiões de democracia sexual. Entretanto, a *guetificação* por si só não significa mudança social, uma vez que não garante maior reconhecimento da diferença por parte da sociedade ou algum recrudescimento de seus ideais patriarcais e heterossexistas (PIERUCCI, 19P9, p.64)

É urgente mover ações no sentido de suplantar uma educação convencional fortemente arraigada em uma moral ocidental-cristã realizada pela família, que não possibilita a discussão de diferentes pontos de vistas associados à sexualidade, focada na identidade sexual do indivíduo. Não obstante a ausência de consenso à educação é a melhor forma para combater o preconceito e a discriminação.

Nos últimos anos a escola avançou na discussão de temas como discriminação racial, gravidez na adolescência e respeito aos portadores do vírus da AIDS. Mas, quando se trata de homossexualidade no ambiente escolar, fica evidente que professores, orientadores e pais não estão preparados para lidar com o tema. A questão da visibilidade da homossexualidade na educação brasileira torna-se urgente, que solicita a criação de modelos, saberes e discursos sobre a homossexualidade nas práticas educativas desenvolvidas pelo



Movimento Homossexual, vinculados à compreensão da existência de identidades de gênero e manifestações sexuais não-fixas, muradas pela estabilidade dos corpos, num determinismo biologicista.

Nessa direção Butler (2003) oferece contribuições para uma desconstrução destas reflexões, propondo análises desnaturalizantes, que ressalte a construção de outras expressões sexuais, contudo obliterada no discurso e na prática pedagógica desenvolvidas no seio de escolaridades autoritária binárias no que diz respeito a sexualidade, não favorecendo em toda a sua plenitude a escola enquanto espaço de socialização, vivência e outras experiências de natureza socializadoras e consequentemente identitárias.

Butler (2003) afirma que os gêneros e os corpos são performativos, ou seja, a essência ou identidade que pretendem expressar

[...] são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem a realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia e pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a integridade do sujeito. (BUTLER, 2003, p.194-195)

A escola precisa ser entendida no contexto das políticas públicas como uma instituição formadora para a cidadania plena, alicerçada numa concepção de educação de forma crítica, visando o desenvolvimento do conceito de educação emancipatória.

Ressalta-se que os movimentos da sociedade organizada, como os desenvolvidos pelas comunidades LGBTTT de caráter identitário, reconhecendo seus principais atores políticos que problematizam essa situação de exclusão e indiferença. São os coletivos políticos, formado pelo Movimento Homossexual (LGBTTT), que devem problematizar e denunciar o caráter de neutralidade ainda imperante nas políticas públicas. Ao cobrarem políticas que se abram para o princípio da equidade, na garantia do acesso aos direitos universais aos homens e às mulheres, por meio de ações específicas e afirmativas voltadas a esse grupo em particular, historicamente discriminado. Tratar desigualmente os desiguais requer o pleno reconhecimento do direito à diferença e o posicionamento radical na luta pela superação das desigualdades socioeconômicas, regionais, de acesso aos direitos sociais e garantia dos direitos individuais, possibilitando o usufruto dos direitos humanos.



Trabalhar simultaneamente a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, ou seja, abordar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo não são apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária. No Brasil, o estudo destes três temas e dos correlativos processos de discriminação social deu origem a campos disciplinares distintos (quem estuda uma coisa não estuda outra), a diferentes arenas de atuação de ativistas (cujo diálogo entre si nem sempre é fácil) e, finalmente, a políticas públicas específicas.

Apesar dessa fragmentação, gênero, raça, etnia e sexualidade estão intimamente imbricados na vida social e na história das sociedades ocidentais e, portanto, necessitam de uma abordagem conjunta. Para trabalhar estes temas de forma transversal, será fundamental manter uma perspectiva não-essencialista em relação às diferenças. A adoção dessa perspectiva justifica-se eticamente, uma vez que o processo de naturalização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição do acesso à cidadania a negros, indígenas, mulheres e homossexuais.

Algumas estudiosas têm argumentado que a relação linear sexo-gênero-sexualidade precisa ser repensada. Mais particularmente, Judith Butler (2003, p. 155) afirma que

[...] o sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Vázquez (1977, p. 329), ao refletir sobre o homem como sujeito da história, nos diz que:

Só os homens podem destruir o que eles mesmos criaram para abrir caminho a uma nova criação. Só eles fazem sua própria história, ainda que, como adverte Marx, em determinadas condições. [...] Assim, pois, a história só existe como história feita pelos homens, e estes só existem produzindo uma nova realidade com sua práxis produtiva e produzindo a si mesmos num processo que não tem fim; ou seja, os homens transformam e se transformam a si mesmos, e essa história de suas transformações é propriamente sua verdadeira história.

Não podemos conceber uma emancipação do homem, portador de uma razão subjetiva, dissociado dos elementos culturais, sociais, políticos determinantes de sua própria existência, neste contexto a educação tem sentido único como ação formadora dirigida a uma auto-reflexão crítica, que deve ser desenvolvida nos primórdios da existência humana, como uma 'catequese' preventiva.



5 CONCLUSÃO

Depreende-se que a educação sexual em seu caráter profilático sugere uma experiência formativa de natureza dialética do trabalho escolar. Uma prática educacional preventiva deve tratar o conhecimento como expressão do poder de forma crítica, evitando a todo custo a consciência coisificada, como entendida por Adorno e Horkheimer (1985). Concebe-se, portanto a educação como base da existência humana. A educação em qualquer dimensão só teria algum sentido como prática dirigida a uma auto-reflexão crítica

Concebe-se diversidade como construção histórica, cultural, social e política das diferenças. Situa-se a homofobia como uma prática condenável, entendida como uma manifestação tipicamente preconceituosa, cujo signo não seria outro senão o exercício de eugenia de gênero, sem precedentes históricos, como revelam as estatísticas.

A escola deve caminhar junto com a família na orientação da sexualidade do indivíduo, construindo relacionamentos nos quais haja liberdade de expressão, confiança e compreensão, na tentativa de saciar-lhe alguns anseios. Com o continuar do aprendizado sobre o tema, alguns alunos mostraram-se interessados em serem multiplicadores desse trabalho, levando outros a uma atitude crítica com relação à prática sexual e a influência desta em suas vidas. Ratifica-se, portanto, a importância da escola como espaço de diálogo e formação, suprimindo, assim, uma necessidade social.

A diversidade constitui uma construção histórica, cultural, social e política das diferenças. Defende-se uma educação emancipatória como ação profilática e geradora do diálogo com os movimentos sociais e demais grupos da sociedade civil como instrumento de mudança social. Políticas socioeducacionais e práticas pedagógicas inclusivas, voltadas a garantir a permanência, a formação de qualidade, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento das diversas orientações sexuais e identidades de gênero [e étnico-raiçiais], contribuem para a melhoria do contexto educacional e apresentam um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola, em favor da consolidação da democracia” (Texto-base da Conferência Nacional de LGBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, p. 19, 2008)



Compreende-se que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade. O ideal de homogeneização levava a crer que os/as estudantes negros/as, indígenas, transexuais, lésbicas, meninos e meninas deveriam se adaptar às normas e à normalidade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O CORPO EDUCADO: pedagogias da sexualidade** Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes, *Um Corpo Estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 76 | 2006, posto online no dia 01 Outubro 2012, consultado o 15 Abril 2013. URL : <http://rccs.revues.org/879>

PIERUCCI, Antonio. Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.